

EDITORIAL

O Professor Jubilado da Universidade de Coimbra, Portugal, Doutor António José Avelãs Nunes, com a continuação a partir do capítulo IV do seu artigo *‘Crise do capitalismo, crise na ‘Europa’*, trata de questões controvertidas referentes aos impactos da crise financeira nos países europeus signatários da União Europeia, a luz da teoria marxiana.

O Professor Doutor Gonçalo Sopas de Mello Bandeira, da Universidade de Coimbra, Portugal, em seu artigo *A «Corrupção e a Fraude» no espaço comunicacional Português e Europeu – contributo para uma visão Interdisciplinar Constitucional, Criminológica e Jurídico-Penal*, analisa a definição correta das palavras “corrupção” e “fraude”, destacando a influência causada nas decisões judiciais pela utilização equivocada de tais expressões por parte dos órgãos de comunicação social.

A Doutora em Direito pela Universidade de Valencia na Espanha, Ivette Esis V., no artigo *Foreign Account Tax Compliance Act (Fatca): Algunos Comentarios* estuda o Código Interno de Tributos (FATCA) dos EUA e suas implicações no âmbito do mercado internacional.

A Professora Doutora da Universidade de Brasília, Ana Cláudia Farranha, e o Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Wanderson Maia Nascimento, no artigo *Equidade e Políticas Públicas: avaliação e perspectiva da representatividade política, étnica e de gênero nos conselhos ambientais do Distrito Federal*, investigam o perfil dos membros dos conselhos ambientais com o objetivo de compreender os legados históricos deixados para dinâmica política, referentes ao recorte de gênero e étnico-racial.

O Professor Doutor do Programa de Mestrado da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Ilton Garcia da Costa, e o Mestrando pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, Junio Barreto dos Reis, no artigo *Direito ao Trabalho como fator de inclusão social: proibição da despedida arbitrária e discriminatória*, realizam estudo sobre a proibição da despedida arbitrária e discriminatória do trabalhador, sob a ótica de normas constitucionais, internacionais e infraconstitucionais, além de outros direitos que o trabalhador deve pleitear caso venha a ser dispensado de maneira discriminatória.

O Mestre e Doutorando pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Daniel Francisco Nagao Menezes, e o Mestrando em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Eduardo Papamanoli Ribeiro, no artigo *Definindo a*

fundamentabilidade dos direitos, analisam os critérios e características usados pela doutrina para definir um direito como fundamental.

A Advogada e Professora da Faculdade de Direito Milton Campos, Dinorá Carla de Oliveira Rocha Fernandes, e a Advogada formada pela mesma instituição, Raiane Ingrid Pereira Costa, no artigo *Auxílio Reclusão: uma releitura com base nos princípios constitucionais*, realizam estudo sobre o benefício do auxílio reclusão em todas as suas especificidades, fomentando a discussão sobre o objetivo de tal benefício e demonstrando sua importância enquanto um mecanismo de garantia da Dignidade da Pessoa Humana.

A Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Adriana Campos, e o Bacharel em Direito e Pós-Graduando pela Universidade Federal de Minas Gerais, Breno Barbosa, no artigo *Ensaio sobre a contribuição das Ouvidorias Públicas para a Educação em Direitos Humanos e para a consolidação de uma cultura democrática no Brasil*, investigam o papel das Ouvidorias Públicas em um Estado Democrático de Direito e seu potencial de contribuição para a educação em direitos humanos e para a consolidação de uma cultura democrática.

Os Mestrados em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara, Adriana Freitas Antunes Camatta e Antenor Ferreira de Sousa Filho, no artigo *Consórcio Público como instrumento da gestão associada para a sustentabilidade ambiental sob a ótica dos afetados*, trazem a tona a discussão sobre as vantagens da gestão associada no alcance de metas de sustentabilidade, e a análise dos consórcios públicos como instrumento do federalismo cooperativo.

O Mestrando pela Universidade Federal do Paraná e Professor de Direito no Grupo Educacional Opet, Horácio Monteschio, em seu artigo *Direito a vida e a integridade física e questões sobre a autonomia privada, Biodireito e o transplante de órgãos e tecidos “inter vivos”*, examina os desafios do Direito na proteção dos direitos de personalidade e da autonomia da vontade diante do transplante de órgãos e tecidos entre vivos.

O Professor Doutor pela Universidade Federal da Bahia, Fábio Periandro de Almeida Hirsch, em seu artigo *Segurança Jurídica, confiança legítima no Estado e proteção dos Direitos Fundamentais Brasileiros: estudo de caso sobre a resolução nº 04/2009 da Câmara de Ensino de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Bahia*, aprecia os termos de um ato normativo editado por órgão interno da Universidade Federal da Bahia diante das garantias constitucionais, visando indicar a interpretação que mais se adéqua as exigências do Estado Democrático de Direito Brasileiro.

As Mestrandas em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara, Larissa de Oliveira Santiago Araújo e Yumei Oliveira Andrade, no artigo *O Setor Minerário brasileiro: a internalização do Princípio 8 da Conferência de Estocolmo* trazem as mudanças econômicas ocorridas no setor minerário brasileiro após a conscientização da importância do desenvolvimento sustentável.

Os Mestrandos em Direitos Fundamentais e Democracia do Programa de Mestrado das Faculdades Integradas do Brasil – Unibrasil, Alessandra Back e Thiago Antonio Nascimento Diniz, no artigo *Poder Judiciário e Direitos Fundamentais Sociais: o limite da reserva do financeiramente possível*, traçam um panorama sobre a discussão na doutrina quanto os meios de concretização dos direitos sociais, constatando a importância do controle jurisdicional das políticas públicas.

A Advogada e Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Regina Fátima Woloch, em seu artigo *A Função Social da Propriedade e o artigo 1276 do Código Civil de 2002*, analisa o disposto no artigo 1276 do Código Civil Brasileiro, com vistas a apurar as possibilidades de sua aplicação, e com isso, apontar como deve se dar o exercício do direito de propriedade dentro das diretrizes constitucionais.

O Professor Doutor do Programa de Mestrado em Direito do UniCuritiba, Sandro Mansur Gibran, e o Acadêmico do Curso de Direito do UniCuritiba, Guilherme Dorigo Tomedi, no artigo *A efetividade da tutela jurisdicional em relação aos estabelecimentos comerciais eletrônicos*, apresentam estudo sobre os desafios a ser enfrentados pela tutela jurisdicional a partir do surgimento do comércio eletrônico e estabelecimentos virtuais.

O Promotor de Justiça e Professor Doutor do Mestrado em Direito do UniCuritiba, Fábio André Guaragni, e a Bacharel em Direito pela PUCPR e Pós-Graduada em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera – Uniderp, Marina Fernandes Ortigara, no artigo *O Crime da Lavagem de Dinheiro e o papel do advogado frente aos honorários advocatícios maculados*, discutem sobre a inclusão do advogado no rol de profissionais obrigados a delatarem atividades suspeitas de seus clientes envolvidos em crimes de lavagem de dinheiro, levando em conta as prerrogativas dispostas na Constituição Federal e no Estatuto da OAB.

A Doutora em Sociologia e Pesquisadora-docente do Mestrado em Direito do UniCuritiba, Sandra Mara Maciel-Lima, e a Acadêmica do Curso de Direito do UniCuritiba, Luciana Ferreira Garabagialle, no artigo *Direito à Saúde: limites e potencialidades do acolhimento com classificação de risco*, trazem uma análise sociojurídica sobre os limites e potencialidades do acolhimento com classificação de risco em relação à qualidade no atendimento dos serviços de saúde.

O Professor Doutor do Mestrado em Direito do UniCuritiba, Daniel Ferreira, e a Mestranda em Direito pelas Faculdades Integradas do Brasil – UniBrasil, Ana Paula Pellegrinello, no artigo *Grandes obras, grandes impactos e a promoção (controlada e controlável) do desenvolvimento nacional sustentável*, analisam em que medida as grandes obras podem ou devem contribuir para a deliberada promoção do desenvolvimento nacional sustentável do Brasil.

O Professor Doutor do Mestrado em Direito do UniCuritiba, Luiz Eduardo Gunther, e o Pós-Graduando em Direito pela PUCPR, Ruslan Luís Torrico Schwab, no artigo *Novos rumos dos honorários advocatícios sucumbenciais na Justiça do Trabalho*, abordam a disparidade de entendimentos dos Tribunais quanto ao direito dos advogados trabalhistas à percepção, ou não, dos honorários sucumbenciais.

A Coordenadora do Programa de Mestrado do Unicuritiba e Professora Doutora, Viviane Coêlho de Séllos Knoer, e os Mestrandos em Direito pelo UniCuritiba, Robert Carlon de Carvalho e Thais Caroline Anyzewski Marcondes, no artigo *Desafios da efetivação dos objetivos constitucionais: desenvolvimento social e a aparência de riqueza*, apresentam estudo sobre a evolução do sistema capitalista no Brasil, no âmbito das suas Constituições Federais, considerando as alterações que ocorreram no campo das garantias laborais.

O Professor Doutor do Mestrado em Direito do Unicuritiba, Paulo Ricardo Opuszka, e o também Professor Doutor do Mestrado da mesma instituição, Fernando Gustavo Knoerr, no artigo *Economia e Trabalho: uma reflexão possível sobre os fundamentos das relações jurídicas no campo sócio econômico* trazem a evolução do mercado de trabalho e as modificações em suas organizações a partir das adaptações do capital.

Dr. Paulo Ricardo Opuszka
Editor

Dr^a. Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr
Editora